

- a. Fundos constitucionais;
- b. Orçamento estadual e municipal; e
- c. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social à prestação de garantias, prestação de serviços de consultorias, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, é uma instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é ligada ao Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico.

Para melhor atingir seus objetivos, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, trabalha em parceria com organismos internacionais, como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID/Fumin) e outras entidades internacionais e nacionais, como Banco Mundial, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às resoluções, normas e instruções do CMN e do BACEN.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; provisões cíveis, tributárias e trabalhistas, quando aplicáveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis da Agência de Fomento de Alagoas S/A foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2014.

3. Alterações na Lei das S/A (Lei nº 6.404/76)

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76. Com vistas à regular essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis, alguns dos quais já foram revistos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, que são aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados parcialmente pela Agência de Fomento de Alagoas S/A, quando aplicável: (a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – CPC 01 (R1) (Resolução nº 3.566/08 do BACEN); (b) Demonstração dos Fluxos de Caixa – CPC 03 (R2) (Resolução nº 3.604/08 do BACEN); (c) Divulgação sobre Partes Relacionadas – CPC 05 (R1) (Resolução nº 3.750/09 do BACEN); (d) Pagamento Baseado em Ações – CPC 10 (R1) (Resolução nº 3.989/11 do BACEN); (e) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – CPC 23 (Resolução nº 4.007/11 do BACEN); (f) Evento Subsequente – CPC 24 (Resolução nº 3.973/11 do BACEN); (g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – CPC 25 (Resolução nº 3.823/09 do BACEN); e (h) Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00 (Resolução nº 4.144/11 do BACEN).

4. Principais Práticas Contábeis

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF e emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Agência de Fomento de Alagoas S/A e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do Resultado

b.1.) Em conformidade com o Princípio de Contabilidade da Competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b.3.) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b.4.) A contabilização dos recursos de convênios e parcerias, para execução de projetos e atividades, com saldo financeiro de exercício e semestre anterior, foram contabilizados no momento do respectivo recebimento, em Bancos Conta Movimento, e tendo como contrapartida conta de resultado não operacional, até o semestre findo em 30 de junho de 2013, em consonância com as práticas contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, a qual esta Instituição também está subordinada, sendo as despesas contabilizadas com base no regime de competência, ou seja, no momento do fato gerador.

A partir do segundo semestre de 2013, essa contabilização passou a ser, no momento do respectivo recebimento, em Bancos Conta Movimento, e tendo como contrapartida conta de Passivo Circulante, e as despesas e respectivas receitas, passaram a ser contabilizados com base no regime de competência, ou seja, no momento do fato gerador, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e títulos e valores mobiliários, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Os valores são:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Equivalente de Caixa		
Disponibilidades	15	139
Cotas de Fundo de Investimento	28.085	17.707
Total	28.100	17.846

d) Aplicações Financeiras de Liquidez

As aplicações financeiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 3º, da Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 3.834, de 28 de janeiro de 2010, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de S/A, aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Agência de Fomento de Alagoas S/A, que é a de mantê-los até o vencimento, e não são ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/2007.

f) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, a qual requer uma análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como classificação das operações com atraso superior a 15 dias, como operações de curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração às normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nºs 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não cons-

tituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

i) Imobilizado em Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos - 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) - 10% ao ano; e
- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) - 20% ao ano.

j) Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução do Valor Recuperável (Impairment)

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

Ao final de cada exercício, a instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável um ajuste é reconhecido. A Administração da Instituição avaliou e concluiu que, não houve necessidade desta provisão no período.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Instituição está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, optou pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base em balancete de suspensão ou redução, e não recolheu mensalmente esses valores a título de antecipação, efetuando a provisão desses impostos somente nos meses de junho, julho, agosto e dezembro de 2013, meses que apresentaram lucro fiscal.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

m) PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento permitindo-se a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

n) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

■ Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

■ Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

■ Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas em remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

■ Obrigações Legais: provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

De acordo com a Administração desta Instituição não houve necessidade de realizar provisão de contingências, no período de janeiro a dezembro de 2013, face ao exposto acima.

o) Eventos Subseqüentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos para Negociação		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	6.325	5.841
Cotas de Fundo de Investimento - CP		
BB Curto Prazo - 50 mil	14	82
Cotas de Fundo de Investimento - LP		
BB Institucional Federal Fundo de Invest. - Renda Fixa	6.881	9.724
BB Institucional Fundo de Investimento - Renda Fixa	21.104	7.901
BB Fundo de Renda Fixa	86	-
Total	34.410	23.548
Circulante	28.085	17.707
Realizável a Longo Prazo	6.325	5.841

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S/A. Em 31 de dezembro de 2013, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito - Composição

a) Composição da Carteira por Tipo

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado		
Empréstimos - Recursos Próprios	2.029	267
(-) Provisão	(43)	(86)
Empréstimos - Repasses	1.462	597
(-) Provisão	(115)	(24)
Total	3.333	754
Circulante	2.792	787
(-) Provisão Circulante	(143)	(109)
Não Circulante	699	77
(-) Provisão Não Circulante	(15)	(1)
Total	3.333	754

b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado		
Indústria	182	3
Comércio	221	429
Outros Serviços	51	81
Rural	727	265
Pessoa Física	2.310	86
Total	3.491	864
(-) Provisão	(158)	(110)
Total	3.333	754

c) Composição da Carteira por Vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Vincendas		
Até 30 dias	552	294
De 31 a 60 dias	225	81
De 61 a 90 dias	300	69
De 91 a 120 dias	214	60
De 121 a 150 dias	135	54
De 151 a 180 dias	142	53
Acima de 180 dias	1.923	253
Total	3.491	864
(-) Provisão	(158)	(110)
Total	3.333	754

d) Composição da Carteira por Nível de Risco

Classificação de Risco	31/12/2013				31/12/2012			
	Provisão %	Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	
A	0,5	2.621	75,08%	13	637	73,73%	3	
B	1	238	6,82%	3	20	2,31%	-	
C	3	417	11,95%	12	23	2,66%	1	
D	10	50	1,43%	5	38	4,40%	4	
E	30	35	1,00%	10	36	4,17%	11	
F	50	26	0,74%	14	18	2,08%	9	
G	70	12	0,34%	9	34	3,94%	24	
H	100	92	2,64%	92	58	6,71%	58	
Total	-	3.491	100,00%	158	864	100,00%	110	

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

	2013	2012
Saldo no Início do Período	110	101
Provisão Constituída	450	351
(-) Reversão da Provisão	(259)	(247)
Total da Provisão Líquida no Exercício	191	104
Créditos Baixados para Prejuízo	(143)	(95)
Saldo Final do Período	158	110

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa em 31 dezembro de 2013 indicou 4,55% da carteira de crédito, contra os 12,73% em 31 de dezembro de 2012. A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2013 apresentou o valor de R\$ 3.491 mil, tendo um crescimento de 304,05% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os resultados do esforço realizado para melhorar a qualidade do crédito e construir uma carteira saudável, podem ser medidos nas ações realizadas para redução do nível de inadimplência.

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Maior	181	5,18%	57	6,60%
5 maiores seguintes	853	24,43%	127	14,70%
10 maiores seguintes	799	22,89%	107	12,38%
15 maiores seguintes	245	7,02%	116	13,43%
20 maiores seguintes	228	6,53%	115	13,31%
30 maiores seguintes	240	6,88%	129	14,93%
Demais	945	27,07%	213	24,65%
Total	3.491	100,00%	864	100,00%

7. Outros Créditos

Neste subgrupo são registrados os adiantamentos de convênios e os pagamentos dos impostos IRPJ e CSLL a título de antecipação, sendo compensados com os impostos devidos no final do exercício.

Também estão registrados os valores dos Convênios n.ºs 001/2010 celebrado entre esta Agência e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e 003/2011 – Convênio de Fortalecimento e Especialização de Pequenos Produtores Familiares da Cadeia do Ovinocaprinocultura de Alagoas, celebrado entre esta Agência, o SEBRAE e a COOFADEL - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia, que foram finalizados em setembro de 2013.

O valor de R\$ 100 mil registrado na conta Adiantamento para Pagamentos de Convênios, se refere à antecipação de recurso efetuado ao Convênio BID-Fumin.

	31/12/2013	31/12/2012
Diversos		
Adiantamento para Férias	11	15
Adiantamento para Pagamentos de Convênios	100	173
Imposto de Renda PJ a Compensar	1	8
Total	112	196

8. Imobilizado de Uso e Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas depreciações e amortizações:

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2012
Imobilizado				
Móveis e Equipamentos	110	1	0	109
Sistema de Proc. de Dados	707	13	0	694
Sistema de Segurança	1	0	0	1
Depreciação Acumulada	(413)	(151)	0	(262)
Sub-total	405	(137)	0	542
Intangível				
Outros Ativos Intangíveis	510	4	0	506
Amortização Acumulada	(371)	(128)	0	(243)
Sub-total	139	(124)	0	263
Total	544	(261)	0	805

9. Obrigações por Repasse no País – Instituições Oficiais
a) Captação junto ao BNDES

Refere-se a recursos captados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vencimentos mensais do principal e encargos financeiros, conforme contrato assinado em 16 de setembro de 2011, no valor de R\$ 5.015 mil, e com vencimento em 15 de setembro de 2017, para realização de operações de microcrédito produtivo e orientado destinado às pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte.

Indexador	Classificação	31/12/2013			31/12/2012		
		Saldo	Encargos	Vencimento	Saldo	Encargos	Vencimento
Pós-fixado	Curto Prazo	-	5	15/01/2014	-	5	15/01/2014
Pós-fixado	Longo Prazo	2.000	-	15/09/2017	2.000	-	15/09/2017
Total		2.000	5		2.000	5	

b) Outras Instituições Oficiais

O valor de R\$ 1.237 mil do FECOEP refere-se à devolução de recurso do Convênio firmado entre a Agência de Fomento de Alagoas S/A, Ande (Ande – operadora de microcrédito da Visão Mundial) e a Visão Mundial. O referido montante tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento do Projeto Alagoas Cidadã, bem como para repasse às Cooperativas de Crédito para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito. Esse recurso foi reclassificado do Grupo Repasses do País – Outras Instituições Oficiais, para a rubrica de Obrigações para Fundos Financeiros e Desenvolvimento – Outros Fundos e Programas.

10. Outras Obrigações

Neste grupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal.

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2013	31/12/2012
Contribuição Social - Lucro Real	4	1
Impostos e contribuições sobre Serviços	1	-
Impostos e contribuições sobre Salários	34	33
Outros Impostos e Contribuições (PIS e COFINS)	23	20
Total	62	54

b) Obrigações Diversas
b.1) Diversas

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de Férias e 13º Salário	73	-
Proventos a pagar	-	62
Provisão para pagamento a fornecedores	16	67
Total	89	129

b.2) Credores Diversos - País

	31/12/2013
Recursos Convênio BID	495
Rendimentos Convênio BID	10
(-) Despesas Financeiras Convênio BID	(2)
(-) Liberações Convênio BID	(421)
Total	82

Na conta Credores Diversos – País, estão registrados, desde o mês de julho de 2013, os valores recebidos e a movimentação do Convênio Bid Fumin.

O total desse subgrupo contábil, em 31 de dezembro de 2013, ficou assim composto:

	31/12/2013	31/12/2012
Diversas	89	129
Credores Diversos - País	82	-
Total (b.1 + b.2)	171	129

11. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 34.880 mil, representado por 3.487.990 ações ordinárias nominativas, assim composto:

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Governos do Estado de Alagoas	34.872	99,98%	21.872	99,96%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,02%	8	0,04%
Total	34.880		21.880	

b) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2013, somava R\$ 67 mil.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, no valor de R\$ 70 mil, permanecendo nesta condição até que a assembleia geral de acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

c) Lucros Prejuízos Acumulados

Foi registrado nesta rubrica como ajuste de exercícios anteriores o valor de R\$ 123 mil, referente à baixa, parcial, dos Convênios n.º 001/2010, celebrado entre esta Agência e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, e o de n.º 003/2011 – Convênio de Fortalecimento e Especialização de Pequenos Produtores Familiares da Cadeia do Ovinocaprinocultura de Alagoas, celebrado entre esta Agência, o SEBRAE e a COOFADEL - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia, por se tratar de despesas pertencentes a exercício anteriores (2011 e 2012). Também está registrado nessa conta o lucro do exercício de 2013, no valor de R\$ 45 mil.

12. Resultado não Operacional

Nessa rubrica foi registrada a movimentação do convênio BID-Fumin, cujo aumento nas despesas, quando comparadas ao exercício imediatamente anterior, deve-se ao projeto de apoio a microindústria, consultorias, dentre outras; enquanto o aumento das receitas foi devido aos recebimentos de recursos de convênio e da mudança no critério de contabilização exposta na nota explicativa "b.4".

13. Acordo de Basileia

O Banco Central do Brasil divulgou um conjunto de 4 resoluções e 15 circulares que implantam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII), as novas regras buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

As novas exigências de capital de Basileia III aumentam significativamente os percentuais de requerimento, principalmente dos componentes do PR – Patrimônio de Referência com maior capacidade para absorver perdas.

A implantação, no Brasil, da nova estrutura de capital iniciou em 1º de outubro de 2013 e segue o cronograma internacional acordado até a conclusão do processo, em 1º de janeiro de 2022. O cronograma para introdução gradual das medidas busca fornecer prazo suficiente para a adaptação dos sistemas financeiros nacionais, permitindo que cada uma das instituições, quando necessário, ajuste a sua base de capital. Alterações relacionadas à apuração do capital para risco de crédito que não implicam capital adicional e podem ser implantadas com facilidade entraram em vigor naquela data.

Em linha com as abordagens já existentes para risco de mercado e de crédito, as circulares emitidas pelo BACEN possibilitam que as instituições financeiras se candidatem a utilizar modelos internos para a apuração do capital regulamentar para risco operacional.

Diante de tais mudanças a Agência de Fomento de Alagoas S/A, se encontra em processo de adequação de suas rotinas internas com objetivo de atender ao previsto nos normativos editados pelo CMN e o BACEN quanto ao cálculo do PR.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

De acordo com a legislação tributária, é demonstrada a seguir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, com base no Lucro Real.

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do Resultado	85	85	24	24
Adições	468	450	385	385
Exclusões	(411)	(411)	(260)	(260)
Lucro Líquido Ajustado	142	124	149	149
IRPJ e CSLL - Alíquota 15%	21	18	17	16
IRPJ Adicional de 10% (S/ o lucro real acima de R\$ 240 mil)	0	0	0	0
Total	21	18	17	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

15. Gerenciamento de Riscos

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN e o CMN, e que são aderentes à Agência, resultando em melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

Alinhado às orientações do Banco Central do Brasil e aos conceitos do Comitê de Basiléia, a Agência estabeleceu uma Política de Gerenciamento consignando a estrutura de gerenciamento, com as características e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, aprovada pelo Conselho de Administração, responsável pelas informações divulgadas, e envolvendo todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão de suas atividades com o foco nos controles e mitigação dos riscos.

De maneira unificada ao desenvolvimento de suas atividades, a Agência tem procurado adotar as melhores práticas relacionadas ao contínuo aperfeiçoamento dos controles internos, e refinamento do processo de gestão de riscos na Organização.

O gerenciamento dos riscos da Agência é parte da atividade regular de todos os seus colaboradores, com a responsabilidade primária dos gestores das diversas áreas de negócio ou de suporte.

As áreas de Gestão de Riscos e Compliance têm por responsabilidade dar o devido suporte às diversas áreas nos assuntos relativos a mapeamento e mitigação dos riscos. Para tanto, atuam de forma independente e com o acesso aos Comitês Internos, que se reúnem periodicamente ou quando necessário para discutir, avaliar, monitorar, tomar decisões e executá-las referentes às suas áreas de atuação.

O resultado do teste de estresse mostrou que a Agência é resistente às variações impostas pelos cenários de condição extrema. Utilizando o Índice de Basiléia como indicador para o teste de estresse, podemos concluir que o patrimônio é suficiente para cobrir os riscos existentes nas operações ativas, passivas e registradas em contas de compensação.

a) Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o Risco de Estratégia e o Risco de Reputação. A Instituição entende que a atividade de gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado.

No contexto das disposições estabelecidas pela Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, a Agência estruturou o gerenciamento do risco operacional através de procedimentos e ações de continuidade do negócio, gerenciado pela área de Gestão de Riscos.

A Instituição vem mapeando e formalizando o procedimento de gerenciamento do risco operacional, de forma a permitir a avaliação dos riscos e dos controles associados às diversas atividades das áreas envolvidas, além da manutenção dos procedimentos e políticas internas e a busca por uma solução tecnológica para a gestão dos processos operacionais das áreas de crédito, contábil, controladoria e financeiro.

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Na gestão do Risco Operacional, é adotado o mapeamento de processos para que sejam feitas as devidas vinculações e avaliações (impacto e probabilidades) dos riscos em relação aos mesmos. Com isso, a Agência de Fomento de Alagoas S/A tem a oportunidade de visualizar o quadro completo de seus riscos operacionais e, assim, promover a gestão sistemática de cada um deles, de acordo a especificidade de cada caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram divulgados normativos e realizados treinamentos que contribuirão para a mitigação dos riscos.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Em atendimento às disposições estabelecidas pela Resolução nº 3.464, de 26 de julho de 2007, do CMN, foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado, apresentadas na Política de Gerenciamento de Riscos.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado implementada na Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

Além da definição das diretrizes de gestão, está implementada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Na Agência, a alocação de capital para cobertura desse risco não se faz necessária, uma vez que as operações da instituição não estão classificadas na carteira de negociação e não estão sujeitas às exposições ao risco. Havendo mudança na estrutura da carteira, a alocação será contemplada de forma a atender a legislação vigente.

c) Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos; exige alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos.

No contexto das disposições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721, de 30 de abril de 2009, foram instituídos padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.

Em atendimento à Política de Gerenciamento de Riscos, o gerenciamento do risco de crédito baseia-se, inicialmente, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito da instituição, com a coleta e armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

Em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo CMN, em 21 de dezembro de 1999, a política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, está em construção.

A Agência possui um sistema de informações onde está em desenvolvimento uma ferramenta mais qualificada para a análise de risco de crédito, que visará uma gestão mais eficiente e eficaz com foco na mitigação desse tipo de risco.

O Gerenciamento do Risco de Crédito da Agência é otimizado com a utilização de sistema integrado de informação, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito, com coleta e armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

O risco de crédito também é avaliado nos Comitês de Crédito, onde são discutidos e se estabelece o perfil das linhas de crédito, além das exigências de garantia. Este é um processo central da Agência de Fomento de Alagoas S/A, pois nosso negócio é o desenvolvimento como resultado de ações de fomento através da preparação e concessão do crédito.

A Administração entende que a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito é compatível com a natureza das operações, seus produtos e serviços, visando garantir a integridade dos ativos da instituição.

d) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento às disposições estabelecidas pela Resolução nº 4.090, de 24 de maio de 2012, do CMN, foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de liquidez, apresentadas na Política de Gerenciamento de Riscos.

Foi mapeado e formalizado o procedimento de gerenciamento de risco de liquidez, de forma a se permitir a avaliação dos riscos e dos controles associados às diversas atividades das áreas envolvidas. Também, foram desenvolvidos mecanismos que estruturam o gerenciamento do risco de liquidez através da aplicação de cenários críticos para testes de estresse.

O risco de liquidez é mitigado pelo controle e monitoramento diário dos fluxos caixa projetados e realizados, aplicações, saldos bancários, revisão financeira semanal e relatórios mensais de risco de liquidez, com o objetivo de manter a liquidez nos padrões definidos pela Agência.

e) Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo deve ser compatível com a natureza das operações, complexidades dos produtos e serviços e com a dimensão da exposição a riscos da Organização.

Sob a ótica do BACEN, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

De acordo com a Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011, do CMN, a Instituição possui Política de Gerenciamento de Capital aprovada, na qual foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades.

A Agência está empenhada em definir o apetite de risco, nas dimensões de capital, liquidez e resultados, garantindo o alinhamento com a estratégia da instituição, para isso o Diretor de Operações atua também como responsável pela estrutura de gerenciamento de capital.

Cabe ressaltar que a Agência de Fomento de Alagoas S/A, está envidando esforços para o fortalecimento da gestão dos riscos, por meio de ciclos de treinamentos, para disseminação da cultura de controle interno e gerenciamento de riscos, sendo a principal diretriz manter sempre o aprimoramento contínuo das atividades e controles.

16. Transações com Partes Relacionadas

A Instituição tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

17. Outras Informações

a) Seguro

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados por esta Instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

DIRETORIA		CONTADOR
Antonio Carlos Sampaio Quintilliano Diretor Presidente	Maurício Cominotti Diretor de Operações	Sandra Gonçalves Bispo Tenório Contador CRC/AL 4699/O-6
Laudeny Fábio Barbosa Leão Diretor de Desenvolvimento e Projetos	José Marconi Freire Diretor Administrativo-financeiro	

Parecer dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A (DESENVOLVE)
Maceió - Alagoas

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2013** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **DESENVOLVE**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A** em **31 de dezembro de 2013**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa 4, item "b.4", às demonstrações contábeis, que descreve a forma de contabilização, no exercício findo em **31 de dezembro de 2013**, dos recursos de convênios e parcerias para execução de projetos e ações pela **DESENVOLVE**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Maceió/AL, 21 de fevereiro de 2014

Convicta
Auditores Independentes s/s.

Auditores Independentes s/s
CRC/AL - nº 196 CVM nº 7.706

Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL - no 3.376 / CNAI 594

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**, tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013, baseando-se nos documentos apresentados e no Relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalva, onde expressa que as mesmas refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira, em todos aspectos relevantes da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**, resolvem aprovar as referidas Demonstrações Financeiras.

Maceió/AL, 18 de março de 2014

José Cândido do Nascimento
Conselheiro

Nivaldo Ferrari
Conselheiro

Artur José Serrano de Holanda Cavalcanti
Conselheiro

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Agência de Fomento de Alagoas S.A., no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório de administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2013, compreendendo as notas explicativas, o balanço patrimonial com as demonstrações do resultado do exercício e mutações patrimoniais, e dos fluxos de caixa. A partir da aprovação pelo conselho fiscal das análises procedidas e das conclusões do parecer da auditoria externa, o colegiado entende que as demonstrações contábeis e o relatório da administração refletem adequadamente a posição patrimonial e econômica financeira da companhia em 2013, em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas em assembleia geral.

Maceió/AL, 25 de março de 2014

Luiz Otavio Gomes Silva
Presidente

Antonio Carlos Sampaio Quintilliano
Vice presidente

Klécio José dos Santos
Conselheiro

Eduardo Setton Sampaio da Silveira
Conselheiro

Adeildo Sotero da Silva
Conselheiro